EXCELENTÍSSIMO SENHOR VEREADOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE
PETRÓPOLIS-RJ.

RECOMENDAÇÃO n° 001/2020 – PE 29ª Zona Eleitoral

EMENTA: Garantia da lisura do pleito eleitoral, por obediência à igualdade de oportunidades entre candidatos, especialmente pelo cumprimento do disposto no § 10, do art. 73, da Lei n° 9.504/97, vedando eventuais condutas abusivas diante do estado de emergência face à pandemia do novo coronavírus e a doença por ele disseminada (COVID-19) no ano de 2020.

O **MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL**, pelo Promotor de Justiça titular da 29ª Zona Eleitoral, no uso de suas atribuições legais, notadamente com fundamento nos artigos 127, caput; e 129, incisos II e III da Constituição da República c/c os arts. 27, II e parágrafo único, IV e 32, III, ambos da Lei n° 8.625/93; c/c art. 6°, XX, da LC n° 75/93, vem expor o que se segue:

CONSIDERANDO que configura conduta vedada a agentes públicos fazer ou permitir uso promocional em favor de candidato, partido político ou coligação, de distribuição gratuita de bens e serviços de caráter social custeados ou subvencionados pelo Poder Público, sendo proibida ainda, no ano em que se realizar a eleição, a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública, exceto nos casos de calamidade pública, estado de emergência ou de programas sociais autorizados em lei e já em execução desde o ano anterior (art. 73, IV e § 10, da Lei n° 9.504/97;

CONSIDERANDO que os casos de calamidade pública e de estado de emergência, a autorizar a execução permissiva de concessão de benefício, devem ser caracterizados por critérios objetivos e resultar de decisão expressa da autoridade competente;

CONSIDERANDO que a Portaria n° 188, de 03 de Fevereiro de 2020, do Ministério da Saúde, declarou Emergência em Saúde Pública de importância Nacional

(ESPIN), em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19), de acordo com autorização concedida pelo Decreto nº 7.6.16/2011;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 46.973/2020, do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, que decretou situação de emergência em saúde no âmbito estadual, dispondo sobre uma série de medidas para enfrentamento e contenção da infecção humana ocasionada pelo novo coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO que o Decreto nº 47.007/2020, prorrogou as medidas, anteriormente adotadas e estabeleceu novas medidas temporárias de enfrentamento do novo coronavírus, reconhecendo a necessidade de manutenção da situação de emergência no Estado do Rio de Janeiro.

CONSIDERANDO que a legitimidade para a propositura de Ação Civil Pública está consagrada no texto constitucional no seu art. 129, bem como no art. 201, V e VIII, da Lei nº 8.069/90 e no art. 5º da Lei nº 7.347/85;

CONSIDERANDO que o art. 73, § 11, da Lei 9.504/97 veda, em ano de eleições, execução de programas sociais governamentais por intermédio (mediante subvenção, termo de cooperação técnica, convênio, entre outras formas) de entidades nominalmente vinculadas a candidatos ou por estes mantidas;

CONSIDERANDO competir ao Ministério Público Eleitoral acompanhar a execução financeira e administrativa dos programas sociais mantidos em ano de eleição;

CONSIDERANDO que o Ministério Público, na defesa do regime democrático e da lisura das eleições, deve atuar preventivamente, contribuindo para evitar atos viciosos da disputa eleitoral e para evitar que se produzam resultados eleitorais ilegítimos;

CONSIDERANDO a Orientação Técnica nº 01/2020 de ordem da Exma. Procuradora Regional Eleitoral no Estado do Rio de Janeiro;

Venho, através do presente, com vistas a evitar a adoção de providências judiciais futuras, e objetivando a adequação do atendimento às normas da Lei nº 9.504/97 efetuar a seguinte **RECOMENDAÇÃO** ao Poder Legislativo do Município de Petrópolis, na pessoa de seu Presidente:

1. Recomendar ao Presidente da Câmara Municipal de Petrópolis que não dê prosseguimento, nem permita votação no corrente ano de 2020, de projetos de lei que permitam distribuição gratuita de bens, valores e benefícios a pessoas físicas ou jurídicas, diante da vedação expressa prevista na Lei nº 9.504/97.

-
2. Outrossim, tendo em vista notícia de que na última terça-feira, dia 31/03/2020 o Poder Legislativo Municipal aprovou projeto de lei determinando a redução de mensalidades nas universidades privadas (<http://www.aconteceempetropolis.com.br/2020/04/02/camara-aprova-projeto-que-preve-reducao-temporaria-nas-mensalidades-das-universidades-privadas/>) o que, em tese configuraria infração ao disposto na Lei nº 9.504/97, especialmente diante da, *data máxima vênia*, flagrante inconstitucionalidade do projeto, em vista da autonomia administrativa e de gestão financeira outorgada às Universidades pelo disposto no art. 207, da Constituição Federal e da liberdade contratual estatuída no inciso VII, do art. 53, da Lei nº 9.394/96 (LDB), sem deixar de lado o fato eventual incompetência Municipal para legislar acerca do ensino superior REQUISITA a V.Exa, o Ministério Público Eleitoral, no prazo de 5 (cinco) dias após o recebimento da presente:
- (a) Cópia integral do Projeto de Lei aprovado;
 - (b) Cópia da Ata da aprovação;
 - (c) Informações sobre o estado em que se encontra o Projeto, inclusive se já foi enviado à sanção pelo Executivo Municipal.

ALERTA, por fim, a conveniência das providências acima elencadas para garantir a lisura das eleições Municipais que se aproximam.

Aguarda o Ministério Público resposta quanto às providências adotadas a partir da presente Recomendação no prazo de 5 (cinco) dias, resposta esta que deverá ser encaminhada ao endereço eletrônico 2pjjupet@mprj.mp.br.

Petrópolis, 2 de abril de 2020.

ODILON LISBOA MEDEIROS

- Promotor Eleitoral -
29ª Zona Eleitoral